



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Gestão.

A PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE: UM PANORAMA A PARTIR DOS SISTEMAS DA REDE SUAS

Alessandra da Silva Pereira¹
Eveline Alves Ribeiro²

Resumo: O relato de experiência em questão traz as discussões e os resultados da análise das informações dos sistemas da Rede SUAS, objetivando uma maior qualificação na prestação dos serviços ofertados à população usuária. Nesse sentido, a metodologia utilizada se delineou pelos seguintes passos: coleta, tabulação e análise dos Registros Mensais de Atendimentos (RMA) dos CRAS e CREAS; Sistema de Informações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SISC), Prontuário Eletrônico Simplificado (PES) e Sistema de Condicionais (Sicon). Após a coleta e análise dos dados, houve a apresentação do documento em cada unidade de atendimento às equipes de referência da Proteção Social Básica e Especial. Como um dos principais resultados, verificou-se a importância desse trabalho da Vigilância Socioassistencial para o melhor direcionamento das atividades da Proteção Social.

Palavras-chave: Proteção Social. Vigilância Socioassistencial. Sistemas da Rede SUAS.

Abstract: The experience report in question brings the discussions and the results of the information analysis of the systems of the Rede SUAS, aiming at a greater qualification in the provision of the services offered to the user population. In this sense, the methodology used was delineated by the following steps: collection, tabulation and analysis of the Monthly Records of Attendance (RMA) of CRAS and CREAS; Information System for Coexistence and Bonding Service (SISC), Simplified Electronic Records (PES) and Conditionalities System (Sicon). After collecting and analyzing the data, the document was presented in each service unit to the Basic and Special Social Protection reference teams. As one of the main results, it was verified the importance of this work of Social Assistance Surveillance to better target Social Protection activities.

Keywords: Social Protection. Social Assistance Surveillance. Rede SUAS Systems.

OBJETIVOS

Identificar e analisar as demandas das famílias dos territórios referenciados pelos dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e pelos dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no município de Caucaia-CE, orientando assim reflexões junto às coordenações e respectivas equipes técnicas com foco na ampliação de estratégias para um maior alcance dos públicos prioritários no âmbito da Proteção Social do SUAS.

¹ Profissional de Serviço Social, Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Caucaia, E-mail: alessandra.silvapereira@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Caucaia, E-mail: alessandra.silvapereira@gmail.com.

CONTEXTO

O município de Caucaia está distante 16,5 km da capital (Fortaleza), tendo uma população de aproximadamente de 362.223 habitantes (IBGE, 2017). Possui o 2º maior fluxo turístico do estado do Ceará e o 3º maior PIB, de 5.513.528 mil (IBGE, 2014). Atualmente, encontra-se no 6º lugar no estado em relação ao IDH-M, 0,682 (PNUD, 2010).

No que se refere à gestão do Sistema Único de Assistência Social, Caucaia situa-se como município de grande porte e, no nível de gestão plena, o que significa a gestão total da política.

O SUAS no município de Caucaia é constituído pelos seguintes equipamentos sociais: onze Centros de Referência de Assistência Social, um Pólo de Atendimento, dois Centros de Referência Especializado de Assistência Social, um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e uma Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; todos os equipamentos voltados ao atendimento de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme preconizado na Lei nº 12.435/11.

A Vigilância Socioassistencial (VGS), nesse cenário local, pretende contribuir para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação, bem como ampliem seu conhecimento sobre os serviços, as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes, além de colaborar com o planejamento e a execução das ações nos CRAS e nos CREAS, assegurando, assim, a oferta de serviços e de benefícios às famílias e aos indivíduos mais vulneráveis (NOB-SUAS/2012).

Nesse sentido, observando as atribuições da Vigilância Socioassistencial e analisando a fragilidade de informações sobre a identificação das especificidades dos usuários e da prestação de serviços nos equipamentos da Proteção Social Básica e Especial; a técnica do setor constatou a importância de elaboração de um documento baseado nos dados dos principais Sistemas da Rede SUAS e relacionados às informações produzidas pela Proteção básica e especial.

O trabalho da VGS do município destaca-se por integrar o registro e análise das informações fornecidas pela Proteção Social com o processo de acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços ofertados. Desse modo,

reconhecemos nesta intervenção um papel necessário e inovador na Gestão do SUAS, através da Vigilância Socioassistencial, no município de Caucaia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada delineou-se pelos seguintes passos: coleta das informações, tabulação e análise dos Registros Mensais de Atendimentos (RMA) dos CRAS e CREAS; Sistema de Informações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SISC), Prontuário Eletrônico Simplificado (PES) e Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON).

No RMA/CRAS, analisou-se o perfil das novas famílias inseridas no PAIF e atendimentos coletivos realizados nos CRAS. No RMA/CREAS, avaliou-se todo o Bloco I, que se refere ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (quantidade e perfil) e o Bloco III que se refere ao Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC).

No SISC, considerou-se o comparativo trimestral de cada CRAS, bem como o coletivo mais demandado pela comunidade de cada território. No PES (PAIF/PAEFI), analisamos os tipos de atendimento, as formas de acesso, o sexo, a faixa etária e os encaminhamentos realizados com cada responsável familiar.

Já no Sicon, avaliou-se o quantitativo de usuários presentes nas listagens enviadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (hoje Ministério da Cidadania), comparando-os com os de fato inseridos no acompanhamento familiar do SICON e no PAIF. Além disso, também se consideraram as atividades realizadas com as famílias, as situações identificadas e os territórios com maior incidência de descumprimento de condicionalidades na área de abrangência das unidades de atendimento.

Na análise das informações, realizou-se o cruzamento de dados para melhor conhecimento e entendimento das demandas dos usuários, das potencialidades e das fragilidades nos serviços socioassistenciais prestados, bem como de apontamentos para o diagnóstico das áreas de abrangência de cada equipamento, a partir de um olhar crítico-reflexivo acerca do território.

Após a coleta e análise dos dados, elaboraram-se documentos de cada unidade, no total de doze perfis para, em seguida, apresentá-los, em particular, às equipes de referência da Proteção Social Básica e Especial, apontando reflexões

sobre as possibilidades de qualificação dos serviços ofertados a partir da identificação das vulnerabilidades de maior incidência nos territórios dos CRAS e CREAS, assim como a discussão de novas estratégias de enfrentamento dessas vulnerabilidades a partir de um conhecimento mais sistematizado dos usuários de cada equipamento.

ENVOLVIDOS/PARTICIPANTES

A equipe da Vigilância Socioassistencial (VGS), composta de uma assistente social e um técnico de nível médio, coordenou e executou o processo de construção do Perfil da seguinte forma: a técnica da Vigilância se reuniu com a Direção da Proteção Social e com as supervisões da PSB e PSE para detalhamento e sugestões sobre o documento.

Em seguida, os profissionais da VGS coletaram e tabularam os dados dos Sistemas da Rede SUAS. Após esse passo, foram realizadas análises dos dados pela técnica da Vigilância Socioassistencial com a colaboração da equipe da Direção de Gestão do SUAS, composta pela diretora e a supervisora do Núcleo de Educação Permanente (NEP). Ressalta-se que o documento foi apresentado para as supervisoras, os (as) coordenadores (as) das unidades e a equipe de referência dos CRAS e CREAS.

O percurso dessa intervenção aconteceu no período de janeiro a junho de 2018, isto é, do processo de coleta das informações até as visitas nas unidades de atendimento à devolutiva dos resultados analisados.

Nesse sentido, o trabalho necessitou da dedicação dos responsáveis pelo setor da Vigilância, assim como a colaboração de outros profissionais: diretora da Gestão do SUAS, supervisora do NEP, diretora da Proteção Social, supervisoras da PSB e PSE, equipes de referência dos CRAS e dos CREAS. De modo que o resultado conseguisse identificar, compreender e analisar as informações fornecidas pelas equipes de modo crítico, reflexivo e, sobretudo, propositivo.

RESULTADOS

Uma atividade dessa natureza trouxe resultados importantes para o SUAS municipal, os quais serão divididos em qualitativos e quantitativos.

Sobre os resultados quantitativos, o trabalho conseguiu elaborar um documento composto pelos doze perfis (dez CRAS e dois CREAS). Ressalta-se que o CRAS Matões não tinha sido implantado até o momento de execução das visitas; assim, realizaram-se doze visitas institucionais às unidades para a apresentação das informações analisadas, com momentos de debate, questionamentos e orientações às equipes, totalizando sessenta e quatro profissionais participantes.

Nessas reuniões devolutivas com as equipes de referência dos CRAS/CREAS, houve a possibilidade de conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades mais incidentes de seus territórios. Os resultados qualitativos estão voltados ao perfil propriamente dito, indicando para o redirecionamento de alguns serviços.

Em linhas gerais, houve uma ampliação no acompanhamento do PAIF/PAEFI, o que significa aumento das demandas do território no último ano, representando, nesse sentido, a necessidade de ampliação dos serviços socioassistenciais ofertados. Todos os CRAS e CREAS priorizaram o atendimento ao público prioritário da proteção Social básica, conforme Protocolo de Gestão Integrada (Resolução CIT nº 7/2009).

Com isso, observou-se também um aumento de 44% de usuárias (os) nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e se suscitaram reflexões no sentido de compreender a relação do SCFV e PAIF/PAEFI no trabalho social com famílias no SUAS.

No que se refere aos tipos de atendimento do PAIF, ressalta-se que a maioria aconteceu através do atendimento socioassistencial individualizado e que as principais formas de acesso na unidade de atendimento foi a partir da demanda espontânea ou da busca ativa. Além disso, a grande maioria das usuárias desse serviço se identifica com o gênero feminino e são adultas.

Com relação aos tipos de atendimento do PAEFI, observou-se que a maioria foi através de visitas domiciliares e de atendimentos sociassistenciais individualizados. Além disso, a principal forma de acesso foi através de encaminhamentos do Poder Judiciário ou de órgão do Sistema de Garantia de Direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias). Além disso, a grande maioria das usuárias desse serviço se identifica com o gênero feminino; são idosas e vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ou negligência e abandono.

Com o Sicon, aponta-se que as principais situações identificadas são a recusa da criança em frequentar a escola ou o serviço de convivência do PETI e a gravidez infanto-juvenil. Além disso, foi importante identificar, em cada unidade de atendimento,

o território em que há mais incidência de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Alguns profissionais relataram a importância desse trabalho da Vigilância para o melhor direcionamento das atividades da Proteção Social, como trazemos na fala a seguir: “Nós trabalhamos tanto, mas muitas vezes não conseguimos materializar nosso trabalho. Com esse perfil, conseguimos perceber o resultado das nossas atividades e o que precisamos melhorar.” (Assistente Social - CRAS).

Outro resultado qualitativo: a equipe da Vigilância conseguiu obter maior integração com as equipes de referência dos CRAS e dos CREAS, facilitando o elo entre Proteção Social e Gestão do SUAS, além de disponibilizar um panorama mais real das situações de vulnerabilidade social acometidas no território de abrangência de cada equipamento. A partir desse trabalho, foi sugerido um Plano de Ação para a prevenção dessas situações, além da busca de novas estratégias e aprimoramento das já existentes para o enfrentamento dos problemas sociais apresentados; que foi elaborado pelas unidades CRAS sob a orientação da supervisão da PSB em julho de 2018.

No que se refere a resultados em médio prazo, acredita-se que para a Proteção Social Básica as informações trazidas pelos relatórios podem contribuir em três atividades prioritariamente: 1) No PAIF – a partir do desenvolvimento de estratégias de ampliação do acompanhamento PAIF, com foco nas oficinas de grupo através do agrupamento das vulnerabilidades semelhantes; 2) No acompanhamento Sicon – com sistematização do acompanhamento familiar no sistema e dos prazos dos recursos; 3) No público prioritário dos SCFV a partir do perfil das (os) usuárias (os) suas vulnerabilidades e riscos sociais apontados por território.

Na Proteção Social Especial, as informações podem direcionar ações mais especializadas no âmbito do PAEFI, possivelmente a partir de uma melhor sistematização do trabalho social com as famílias, tanto a partir de como no acompanhamento das Medidas Socioeducativas com a melhoria da articulação com a rede socioassistencial.

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Os desafios para a realização do perfil estiveram associados à equipe reduzida da Vigilância Socioassistencial, pois a construção do documento aconteceu em

paralelo à operacionalização de todas as demandas para o setor, como o preenchimento sistemático dos Sistemas da Rede SUAS e elaboração de diagnósticos específicos.

As visitas institucionais aos CRAS foram algumas vezes remarçadas devido à dinâmica dos equipamentos, assim, o que estava planejado para acontecer em um mês, acabou se postergando para dois meses.

A equipe sentiu dificuldade na análise dos dados do Prontuário Eletrônico Simplificado (PES), referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), considerando que as equipes dos CREAS encontram dificuldades de acesso ao sistema, bem como no que tange ao público atendido, pois grande parte não possui o Número de Identificação Social (NIS) para a inserção da família ou indivíduo no Prontuário Eletrônico Simplificado (PES), embora haja acompanhamento de fato a partir do Prontuário SUAS físico.

Como lições apreendidas, a equipe aponta a necessidade de qualificar o registro do PAEFI, ampliando a quantidade de informações no PES para uma análise mais fidedigna das situações de risco e vulnerabilidade social demandadas aos CREAS.

Ressalta-se que nas reuniões de apresentação dos perfis ficou pactuado entre as equipes que os dados do Perfil iriam subsidiar o Plano de Ação dos CRAS. As equipes de referência aprovaram e apontaram a necessidade de atualização dos dados anualmente. Bem como a elaboração de estratégias de aprimoramento das informações do Prontuário Eletrônico Simplificado dos CREAS.

Dessa forma, acreditamos que tal estudo irá impactar diretamente no alcance das metas de acompanhamento pelo PAIF e PAEFI e, sobremaneira, na melhor identificação das demandas e respostas dos profissionais do SUAS.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social reformulada/SUAS** – Lei nº 12.435/2011.

_____, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB-SUAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2012.

_____, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2014.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

_____, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília, 2009.

_____, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2013.